

Título do capítulo	INTRODUÇÃO
Autor(es)	-
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-064-6/introducao

Título do livro	DINÂMICA ECONÔMICA, MUDANÇAS SOCIAIS E NOVAS PAUTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Organizadores	João Cláudio Basso Pompeu André Rego Viana Luís Carlos Garcia de Magalhães Ana Paula Vasconcelos Gonçalves
Volume	-
Série	-
Cidade	Brasília
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2023
Edição	-
ISBN	978-65-5635-064-6
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-064-6

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2023

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesso: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

INTRODUÇÃO

O tema *classes/grupos sociais* figura entre os debates que inauguram a própria disciplina da sociologia, remontando aos textos clássicos dos autores tidos como fundadores da disciplina (Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx). O desenvolvimento do capitalismo leva a que se estruture uma relação dialética entre a organização dos grupos sociais, de um lado – com a base material de sua produção, ou a forma como se dá a reprodução da vida social/econômica no mercado –, e de outro, a forma como se organizam as relações políticas entre tais grupos, bem como entre cada indivíduo que os constitui, na forma do Estado, que, por sua vez, também baliza, por meio das leis, o modo como se dão as relações de mercado de cada sociedade em uma forma nacional particular.

O mundo inteiro passa por profundas transformações, marcadas por mudança nos processos produtivos, questionamento dos direitos sociais, aumento das desigualdades e modificações na estrutura das ocupações (Breman *et al.*, 2019). Tais mudanças trazem implicações para a forma como os grupos constituintes se organizam e se veem nas relações sociais, resultam de mudanças e criam mudanças nas relações de mercado, as quais demandam alterações nas políticas públicas e nas leis que regem tais regulações, sempre em um movimento interdependente e recíproco.

No Brasil, cujo processo de constituição histórica foi marcado por desigualdades brutais, a sociologia nacional buscou entender, desde seu nascimento, as causas e consequências de uma formação capitalista retardatária e periférica. Uma das ferramentas utilizadas foi a estratificação social, que classifica os indivíduos em grupos, ou classes sociais, para analisar suas condições socioeconômicas. Há um esforço histórico, portanto, entre os pesquisadores brasileiros, de pensar tipologias de classe que sumariam nossa complexa realidade social, das quais este livro é caudatário.

Para entender as mudanças sociais ocorridas nos últimos anos, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) criou o projeto Dinâmica Econômica, Mudanças Sociais e Novas Pautas de Políticas Públicas. O objetivo deste projeto é propor tipologias de estruturas de classe no Brasil que possam ser úteis para a elaboração de políticas públicas, em um contexto de mudança da estrutura produtiva da economia brasileira e da estrutura ocupacional, marcada pela redução relativa da ocupação industrial e do crescimento dos serviços. A hipótese que dirige a proposta de pesquisa é que essa nova reconfiguração produtiva tem implicações para a estratificação social brasileira, com o surgimento de novas demandas de políticas sociais, em razão do surgimento de novos grupos ocupacionais ou da ampliação/redução de grupos

sociais que já existem. Ou seja, a dinâmica econômica do início do século XXI está reconfigurando a estrutura social brasileira. Nesse sentido, a aplicação da metodologia do mapeamento da estrutura de classes permite identificar essa reconfiguração da estrutura social brasileira, detectar o surgimento de demandas de políticas públicas ou possibilitar a adaptação de outras.

Desse modo, seguindo a literatura existente, optou-se pelo uso de mapas de classe baseados na estrutura ocupacional da sociedade brasileira. Diversos cientistas sociais têm utilizado os mapas de classes para trabalhar com as dimensões da desigualdade brasileira, enfocando atributos educacionais, de gênero e étnicos. Alguns deles são autores de capítulos deste livro.

Ficou claro, com o desenvolvimento da pesquisa, que a utilização de mapas de classe demanda ampliação e aprofundamento, tanto no que tange às classificações ocupacionais quanto à sua extensão temporal. A interpolação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Anual, série pré-2002, com a PNAD Contínua pós-2015 apresenta desafios técnicos e trabalho estatístico, mas esse é um trabalho premente a ser realizado no próximo período. Em estudos futuros, a incorporação de informações das Pesquisas de Orçamento Familiares, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (POFs/IBGE), e de informações agregadas das bases de dados da Receita Federal e dos Censos Demográficos poderá corrigir as lacunas de informação nos estratos de renda mais alto e também nos mais baixos.

Em janeiro de 2021, o Ipea promoveu um encontro com especialistas em estratificação social no Brasil para discutir esses temas. O encontro foi o embrião deste livro. A partir dele, pesquisadores aqui reunidos elaboraram estudos empíricos sobre estratificação social no país e estudos teóricos que discutiam metodologicamente as tipologias de classe. Importa advertir o leitor que, apesar de todos os autores utilizarem tipologias de classe baseadas em dados oriundos da posição da estrutura ocupacional no Brasil, empregaram-se diferentes tipologias neste livro, ainda que haja uma prevalência por aquela elaborada pelo professor José Alcides Figueiredo Santos (2002; 2005). Por isso, embora este livro seja uma criação coletiva, que contou com a colaboração de vinte pesquisadores, acreditamos que ele apresenta uma unidade interna que pode ser observada pelo leitor.

Este livro está dividido em duas partes. A primeira é composta por quatro capítulos e trata de aspectos teórico-metodológicos sobre estratificação social baseados em mapas de classe. A segunda parte, composta pelos últimos cinco capítulos, trata de aplicações empíricas de mapas de classe para que se possam entender diferentes dimensões da sociedade brasileira, como a escolaridade, o *gap* racial, o fenômeno da desindustrialização e a evolução da diferença de renda, observada no período 2002-2015, entre diferentes grupos sociais.

O capítulo 1, escrito por João Cláudio Basso Pompeu, André Rego Viana, Ana Paula Vasconcelos Gonçalves, Luís Carlos Garcia de Magalhães e Marcela Fernanda da Paz de Souza e denominado *Percursos metodológicos dos estudos sobre estratificação social no Brasil*, serve como uma introdução aos demais capítulos teóricos-metodológicos do livro. Nele se advoga que os estudos sobre estratificação social no Brasil apresentam três formas de captação dos dados empíricos: ensaios histórico-estruturais baseados em análises bibliográficas; pesquisas empíricas e observações etnográficas das condições de vida e opiniões das classes sociais; e tipologias de classe feitas com base em dados de ocupação das posições de trabalho. O capítulo se concentra nas duas primeiras formas de captação, posto que os demais capítulos do livro se concentram exclusivamente em estudos baseados em tipologias de classe.

Diante disso, o capítulo 2, intitulado *Tipologias de classe aplicadas à realidade brasileira*, escrito por Ana Paula Vasconcelos Gonçalves, Marcela Fernanda da Paz de Souza e Natália Leão, tem como objetivo compilar as distintas tipologias de classe usadas no Brasil nos estudos recentes de estratificação e mobilidade social sob a ótica da sociologia. Essa é uma contribuição metodológica para a área, pois este estudo busca ampliar o entendimento dos pesquisadores sobre como as desigualdades sociais vêm sendo mensuradas a partir das categorias socioeconômicas, sócio-ocupacionais e espaciais.

O capítulo 3 intitula-se *Procedimentos metodológicos utilizados para a construção da tipologia de classes adotada na pesquisa Dinâmica Econômica, Mudanças Sociais e Novas Pautas de Políticas Públicas*. Este capítulo foi escrito por Luiz Rubens Câmara de Araújo, Carla Rodrigues Costa de Araújo, João Cláudio Basso Pompeu, André Rego Viana, Luís Carlos Garcia de Magalhães, Ana Paula Vasconcelos Gonçalves e Kolai Zagbaï Joel Yannick e apresenta um resumo dos procedimentos metodológicos aplicados aos microdados da PNAD Anual, para a identificação das tipologias de estruturas de classe proposta por Santos (2005).

Encerrando a primeira parte do livro, o capítulo 4, intitulado *A tipologia ocupacional Erikson-Goldthorpe-Portocarero: uma avaliação analítica e empírica*, é o único capítulo não inédito deste livro. Publicado originalmente na revista *Sociedade e Estado*,¹ este capítulo, escrito por Flavio Carvalhaes, avalia empiricamente a proposta de operacionalização do conceito de classe mais prevalente na literatura, conhecida como a proposta EGP. Motivado por questionamentos contemporâneos que têm sido críticos a análises que recorrem ao conceito de classe como dimensão heurísticamente interessante, o esforço se concentra em uma validação da proposta conceitual. Por meio da utilização de uma técnica estatística, sensível ao padrão dos dados – a análise de classes latentes –, verificamos o padrão de associação da tipologia com aspectos relevantes do mercado de trabalho brasileiro. Os resultados sugerem uma série de restrições à proposta avaliada. Isso indica a necessidade de sociólogos e outros pesquisadores interessados no

1. Carvalhaes, F. A. de O. A tipologia ocupacional Erikson-Goldthorpe-Portocarero (EGP): uma avaliação analítica e empírica. *Sociedade e Estado*, v. 30, n. 3, p. 673-703, 2015.

trabalho com o conceito de classe estarem sensíveis para as particularidades impostas pelo contexto brasileiro, que colocam limites não triviais à sua validação empírica.

A segunda parte do livro apresenta aplicações empíricas das tipologias de classe no Brasil. O capítulo 5, denominado *Fundamentos e aplicações de uma tipologia de classes para o Brasil* e elaborado por José Alcides Figueiredo Santos, apresenta uma tipologia de classes construída para o Brasil e mostra seu potencial de aplicação na análise de desigualdades de renda, saúde e mobilidade social com o uso de bases de dados oficiais do país. O capítulo discute os modelos causais de classe aplicáveis a levantamentos de dados e trata da fundamentação teórica, do delineamento e da mensuração do esquema de classes que procura refletir as especificidades em particular da base da estrutura social do país. São fundamentados teoricamente e caracterizados o topo social de posições de classe privilegiadas, os controladores de ativos de menor valor, a classe trabalhadora assalariada e a ampla base de posições destituídas de ativos. No nível descritivo, é retratada a composição e associação de classe com fatores e resultados relevantes. Modelos estatísticos são usados para demonstrar os efeitos de origem de classe no destino social e as relações entre classe social e desigualdade de saúde no Brasil. À luz de evidências empíricas atualizadas, o capítulo reafirma a relevância da tipologia para monitorar mudanças na estrutura social, elucidar os condicionantes que afetam o estado social do país e avaliar o impacto de políticas sociais e econômicas nos diferentes grupos sociais.

O capítulo 6, intitulado *Classe de origem e resultados educacionais: uma análise considerando o caráter posicional da escolaridade*, escrito por André Ricardo Salata, trata da relação entre origem de classe e resultados educacionais em um contexto de expansão do sistema de ensino. O objetivo principal da análise é verificar se a crescente escolarização da população brasileira, ao longo das últimas décadas, foi capaz de enfraquecer a relação entre origem social e escolaridade alcançada. Diferentemente de outros estudos que já realizaram investigações semelhantes para o Brasil, e em consonância com parte da bibliografia internacional, o autor utilizou medidas relativas de escolaridade, que refletem a distribuição da educação entre a população e/ou seu valor no mercado de trabalho. A análise empírica se guia pela comparação dos resultados de modelos estatísticos que utilizam medidas absolutas e relativas de escolaridade para mensurar os efeitos da classe de origem sobre os resultados educacionais. Tais modelos são aplicados a dados coletados em 1982, 1996 e 2014, para indivíduos com idade entre 28 e 41 anos, conformando três coortes distintas. Os dados são oriundos da PNAD/IBGE, e foram analisados por meio de modelos lineares (OLS) e não lineares (*logit*-ordinais). Os resultados corroboram a hipótese de que, ao adotar medidas relativas de educação, chegamos a estimativas menos otimistas acerca da capacidade de a expansão educacional reduzir o efeito da origem de classe sobre a escolaridade alcançada.

O capítulo 7, intitulado *Interações entre origem de classe e raça na transmissão das desigualdades no Brasil* e escrito por José Alcides Figueiredo Santos, investiga os efeitos da origem de classe no destino social, condicionais ao grupo racial, que se manifestam na transmissão intergeracional das desigualdades no Brasil. Nesta perspectiva, o estudo aborda a associação total e direta entre origem de classe e renda dos filhos, as mudanças nos efeitos entre as coortes de nascimento, a associação direta por níveis educacionais e a evolução dos retornos da educação por origem, raça e coorte. São usados os dados de mobilidade social da PNAD 2014, e os efeitos de origem foram estimados com modelo linear generalizado em termos de médias preditas e diferenças proporcionais na renda dos filhos. O efeito total da origem de classe se impõe em ambos os grupos raciais, no agregado das coortes, porém as vantagens de origem ensejam mais benefícios para o grupo branco e as desvantagens de origens geram mais ônus para o grupo pardo e preto. Na passagem para a coorte mais recente, os efeitos total e direto da origem no topo social, em relação à base social, revelam diferenças raciais incertas nas vantagens de origem de classe. A educação superior completa não age como uma força equalizadora do efeito da origem privilegiada. A origem no topo social provê, além disso, uma vantagem compensatória ao proteger a renda de quem fracassa na escola. Estes padrões ocorrem em ambos os grupos raciais. Por fim, os retornos da educação superior completa para a origem no topo social, na coorte mais recente, favorecem o grupo pardo e preto, devido particularmente à queda dos retornos no grupo branco. O estudo mostra que os modos como classe e raça se combinam e interagem afetam a dimensão e mesmo a direção ou significado dos resultados.

Escrito por Luís Carlos Garcia de Magalhães, João Cláudio Basso Pompeu, Luiz Rubens de Câmara Araújo, Ana Paula Vasconcelos Gonçalves, André Rego Viana, Carla Rodrigues Costa de Araújo e Kolai Zagbaï Joel Yannick e intitulado *Desindustrialização e mudança na estrutura de classes no Brasil: evidências a partir das pesquisas domiciliares no período 2002-2015*, o capítulo 8 trata dos efeitos da desindustrialização – entendida como a perda da participação do emprego e do valor adicionado da manufatura no produto interno bruto (PIB) – da economia brasileira na estrutura de classes das ocupações diretamente ligada ao setor industrial. Isso é feito a partir da adaptação do mapa de classe proposto originalmente em Santos (2002). A construção desse mapa de classes, cuja operacionalização empírica é apresentada no capítulo 3 deste livro, possibilitou avaliar as alterações das participações relativas dos indivíduos classificados nas localizações de classe com ocupação diretamente ligada à indústria, quais sejam: i) gerentes; ii) supervisores, trabalhadores especializados e qualificados; e iii) trabalhadores típicos e elementares. Adicionalmente, é avaliada a trajetória da participação relativa dos indivíduos proprietários de ativos produtivos e que empregam trabalhadores, portanto classificados como capitalistas industriais. É analisado preliminarmente, por meio de um modelo de regressão simples, a relação entre a participação relativa

de cada classe com ocupação na indústria e o indicador *sintético* de desindustrialização, medido pelo valor adicionado manufatureiro (VAM) a preços constantes. As evidências obtidas sugerem que a desindustrialização afetou, mesmo que de forma diferenciada, a estrutura de classes da indústria brasileira, inclusive com o encolhimento da participação relativa dos capitalistas industriais em relação ao total de capitalistas, entre 2002 e 2015. A redução relativa da participação do emprego só não se verificou na localização de classes de *gerentes*, nesse período.

O capítulo 9, denominado *Grupos ocupacionais na PNAD Brasil (2002-2015): mudanças e pistas para um mapa de classes a partir da renda* , de André Rego Viana, busca retomar, ampliar e aprofundar a apresentação e problematização dos dados obtidos no projeto do Ipea intitulado *Dinâmica Econômica, Mudanças Sociais e Novas Pautas de Políticas Públicas* , mostrando de que forma os dados que vêm sendo trabalhados nesse projeto indicam como mudanças na participação da renda entre os diversos grupos socioeconômicos – e em decorrência das classes sociais por estes compostas – podem ajudar a explicar a trajetória política recente do país. Em resumo, a ideia é a de que o pacto desenvolvimentista e a coalizão social que apoiou o reformismo fraco do Partido dos Trabalhadores na presidência, particularmente a partir do segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foram erodidos – embora não somente por essa causa – pelo acirramento do conflito distributivo na estrutura de classes da sociedade brasileira, o que contribuiu para o ressurgimento, na boa expressão de Magalhães (2015), de um pacto antidistributivista no país. Essa hipótese, que merece estudos mais aprofundados, ajudaria a explicar determinados fenômenos sociais e políticos, após o impedimento da presidente Dilma Rousseff, presentes hoje no Brasil.

REFERÊNCIAS

BREMAN, J. *et al.* (Ed.). **The social question in the twenty-first century: a global view** . Berkeley: University of California Press, 2019. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/9780520972483/html>. Acesso em: 14 fev. 2023.

MAGALHÃES, L. C. G. de. **Crescimento, emprego e distribuição de renda: o desempenho econômico do primeiro governo Dilma e o ressurgimento do pacto antidistributivista no Brasil** . Brasília: Liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, 2015.

SANTOS, J. A. F. **Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda** . Rio de Janeiro: Editora Iuperj, 2002.

SANTOS, J. A. F. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** , v. 20, n. 58, p. 27-45, 2005.